

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E FILOSOFIA DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

MARIA CLARA TORRES DE SIQUEIRA DE MAIA E PADUA

**DUAS ABORDAGENS PARA FAZER UMA SÍNTESE
ENTRE AS TEORIAS DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS DE
FREGE E RUSSELL: CHATEAUBRIAND E DONNELLAN**

Niterói

2024

MARIA CLARA TORRES DE SIQUEIRA DE MAIA E PADUA

**DUAS ABORDAGENS PARA FAZER UMA SÍNTESE
ENTRE AS TEORIAS DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS DE
FREGE E RUSSELL: CHATEAUBRIAND E DONNELLAN**

Dissertação apresentada ao Curso de Filosofia da
Universidade Federal Fluminense, como requisito
para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.
Orientador: Prof. Dirk Greimann

Niterói

2024

MARIA CLARA TORRES DE SIQUEIRA DE MAIA E PADUA

**DUAS ABORDAGENS PARA FAZER UMA SÍNTESE
ENTRE AS TEORIAS DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS DE
FREGE E RUSSELL: CHATEAUBRIAND E DONNELLAN**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Filosofia.

Aprovada em 31 de maio de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Prof. Dirk Greimann – UFF - (orientador)

Prof. Guilherme Wyllie – UFF - (membro interno)

Prof. Oswaldo Chateaubriand – PUC - (membro externo)

Niterói

2024

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que tornaram possível a conclusão deste trabalho de mestrado. Em primeiro lugar, desejo expressar minha sincera apreciação ao Professor Dirk Greimann, cuja orientação perspicaz e apoio constante foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo. Sua habilidade em esclarecer questões e sua confiança em minha capacidade de encontrar soluções foram inestimáveis ao longo deste processo.

Além disso, desejo estender meus agradecimentos ao Professor Oswaldo Chateaubriand, cujas aulas inspiradoras e generosidade intelectual contribuíram significativamente para minha compreensão dos conceitos filosóficos abordados neste trabalho, especialmente no que diz respeito às teorias sobre descrições definidas. Sua abordagem respeitosa e delicada foi fundamental para meu amadurecimento acadêmico, e sou imensamente grata por ter tido a oportunidade de aprender com ele.

Não posso deixar de mencionar meu profundo apreço por meu marido, Gabriel. Sua cumplicidade diária e apoio inabalável em nosso lar foram essenciais para minha imersão profunda nos estudos durante este período de pesquisa. Sua compreensão e encorajamento foram um apoio constante, permitindo-me dedicar-me plenamente a este projeto acadêmico.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os colegas, amigos e familiares que me apoiaram ao longo desta jornada, oferecendo palavras de incentivo, compreensão e carinho.

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio e colaboração de todas essas pessoas, e por isso sou eternamente grata.

RESUMO

Na literatura sobre descrições definidas, existem duas abordagens principais, consideradas incompatíveis, que são intensivamente discutidas: a de Frege, em “Sobre o Sentido e a Referência” (1978), e a de Russell, em “Da Denotação” (1974). Recentemente, Oswaldo Chateaubriand sintetizou estas abordagens aparentemente opostas em “Descriptions: Frege and Russell Combined” (2002), baseando-se na distinção entre ocorrências de descrição definida na posição de sujeito e na posição de predicado. Porém, Keith Donnellan anteriormente fez uma distinção semelhante, entre o uso referencial e o uso atributivo, em “Reference and Definite Descriptions” (1966). Assim, o plano de trabalho desta dissertação consiste em apresentar e comparar as teorias de Frege, Russell, Donnellan e Chateaubriand, focando na diferença entre as distinções propostas pelos dois últimos. Conclui-se que a distinção feita por Chateaubriand é sintática, ao passo que a distinção feita por Donnellan é pragmática. Neste contexto, se na posição de sujeito uma descrição definida é usada referencialmente, a síntese entre as teorias das descrições definidas de Frege e Russell feita por Donnellan, e posteriormente a síntese de Chateaubriand, são compatíveis.

Palavras-chave: Frege; Russell; Donnellan; Chateaubriand; descrições definidas.

ABSTRACT

In the literature on definite descriptions, there are two main approaches, considered incompatible, that are extensively discussed: Frege's, in 'On Sense and Reference' (1978), and Russell's, in "On Denoting" (1974). Recently, Oswaldo Chateaubriand synthesized these seemingly opposing approaches in "Descriptions: Frege and Russell Combined" (2002), based on the distinction between occurrences of definite description in subject position and in predicate position. However, Keith Donnellan previously made a similar distinction, between referential use and attributive use, in "Reference and Definite Descriptions" (1966). Thus, the plan of this dissertation is to present and compare the theories of Frege, Russell, Donnellan, and Chateaubriand, focusing on the difference between the distinctions proposed by the latter two. It is concluded that the distinction made by Chateaubriand is syntactic, whereas the distinction made by Donnellan is pragmatic. In this context, if a definite description is used referentially in subject position, the synthesis between Frege's and Russell's theories of definite descriptions made by Donnellan, and subsequently by Chateaubriand, is compatible.

Keywords: Frege; Russell; Donnellan; Chateaubriand; definite descriptions

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. AS TEORIAS DE FREGE E RUSSELL E A APARENTE INCOMPATIBILIDADE ENTRE ELAS.....	11
1.1.A teoria de Frege.....	12
1.2 A teoria de Russell.....	17
1.3 As diferenças que motivam a impressão de incompatibilidade entre as teorias de Frege e Russell.....	21
2. A TEORIA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS DE OSWALDO CHATEAUBRIAND.....	25
2.1 A ideia básica de Chateaubriand para uma síntese das teorias de Frege e Russell sobre descrições definidas.....	26
2.2 Notação para distinguir posições de sujeito de posições de predicado.....	27
2.3 Sobre a distinção entre a negação predicativa e a negação proposicional.....	29
2.4 A abordagem feita por Chateaubriand para uma síntese das teorias de Frege e Russell sobre descrições definidas.....	30
2.5 Sobre descrições definidas vazias na posição de sujeito que fazem parte de enunciados que não deixam de ter valor de verdade.....	34
3. A TEORIA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS DE KEITH DONNELLAN.....	37
3.1 O uso atributivo e o uso referencial das descrições definidas.....	38
3.2 A crítica de Donnellan a Strawson e Russell	43
3.3 A questão de Donnellan ter antecipado a síntese feita por Chateaubriand das teorias de Frege e Russell para descrições definidas.....	46
CONCLUSÃO.....	49
BIBLIOGRAFIA.....	52

INTRODUÇÃO

Na Filosofia da Linguagem, existe uma classe de expressões chamadas “descrições definidas”. Embora Frege e Russell não tenham utilizado a expressão “descrições definidas”, estas estão no cerne de suas teorias. Podemos entendê-las como expressões da forma “o objeto (ou indivíduo) que é (ou que fez) tal e tal”, por exemplo: “a autora de *Laços de Família*” ou “a x tal que x escreveu *Laços de Família*”. Assim, uma descrição definida é uma expressão nominativa formada por um artigo definido e predicados. Logo, esta dissertação tem como foco a semântica das descrições definidas, que são expressões como “a autora de *Laços de Família*”, sendo esta uma descrição definida de Clarice Lispector.

Frege, em “Sobre o Sentido e a Referência” (1978), esboçou uma teoria das descrições definidas, caracterizando-as como *nomes próprios*.¹ Posteriormente, Russell, em “Da Denotação” (1974), apresenta uma teoria das expressões denotativas, expressões que contêm a classe das descrições definidas, que ele não define, apenas fornece exemplos, como: “tudo”, “nada”, “algo”, “o atual rei da Inglaterra”.² Vale ressaltar que a teoria de Russell é concebida como uma alternativa à abordagem de Frege, pois considera que as descrições definidas não têm significado isoladamente, mas apenas no contexto da sentença. A principal diferença entre elas é que uma sentença com uma descrição definida vazia, que não se refere a nada, como “o atual rei do Brasil”, é basicamente considerada por Russell como falsa; enquanto para Frege, não tem valor de verdade.

Recentemente, ocorreu uma proposta de síntese das teorias de Frege e Russell, apresentada por Chateaubriand em “Descriptions: Frege and Russell Combined” (2002). A partir do exemplo da descrição definida “a pessoa comendo bolo”, é possível distinguir entre dois tipos de ocorrências das descrições definidas: (i) Uma descrição pode ocorrer na posição de predicado como em “Maria é a pessoa comendo bolo”. Neste caso a descrição definida faz parte sintática do predicado: “x é a pessoa comendo bolo”. (ii) A descrição pode ocorrer na posição de sujeito, como em: “A pessoa comendo bolo é alta”. Isso corresponde ao uso referencial aceito por Frege. Neste caso, a verdade ou falsidade da sentença vai depender da altura da pessoa que come o bolo.

¹FREGE, 1978, p. 62-67.

² RUSSELL, 1974, p. 09-20.

Entretanto, se nos enganarmos na referência e a pessoa não estiver comendo bolo, essa sentença carecerá de valor de verdade, pois o sujeito a ser predicado não existe. A ideia fundamental de Chateaubriand é que, quando ocorre uma descrição definida como parte do predicado, a teoria de Russell para descrições definidas deve ser aplicada. Em contrapartida, quando a descrição definida ocorre como sujeito, temos um uso de sujeito da descrição definida; portanto, a teoria de Frege deve ser aplicada.³

A síntese realizada por Chateaubriand assemelha-se à teoria previamente proposta por Donnellan, em "Reference and Definite Descriptions" (1966), caracterizada por dois usos das descrições definidas: (i) O uso atributivo, quando a sentença está expressando: "a pessoa comendo bolo, seja quem for, é alta". Ou seja, não sabemos quem é "a pessoa comendo o bolo", mas podemos afirmar que, independentemente de quem seja, ela "é alta". (ii) O uso referencial, quando a sentença se refere a uma pessoa específica. Por exemplo, posso apontar para alguém, no caso, Maria e dizer: "a pessoa comendo bolo é alta". Nesse contexto, Maria é a pessoa comendo o bolo e é alta. No entanto, e se Maria estiver comendo feijão? De acordo com Donnellan, o que determina a referência de uma sentença é a intenção do falante, tornando o ato referencial bem-sucedido, mesmo quando usamos uma descrição definida errada. Essa perspectiva difere de Frege, que estabelece que a referência de um nome próprio é determinada pelo seu sentido. Logo, se eu disser "a pessoa comendo bolo" ao apontar para alguém que não está comendo bolo, ocorre um erro referencial de acordo com Frege, uma vez que estaria me referindo a algo inexistente.⁴

A meta concreta desta dissertação é comparar as sínteses propostas por Donnellan e Chateaubriand das teorias de Frege e Russell. Faremos isto em três capítulos: no primeiro trataremos das teorias de Frege e Russell e da aparente incompatibilidade entre elas. Posteriormente faremos a apresentação da síntese de Chateaubriand. Por fim, virá à distinção proposta por Donnellan e o seu relacionamento com a distinção de Chateaubriand. No mais, ao que tenho notícia, não há na literatura secundária nenhum trabalho que tenha se dedicado a comparar as tentativas de Donnellan e Chateaubriand em sintetizar as teorias básicas das descrições definidas.

³ CHATEAUBRIAND, 2002, p. 213-214.

⁴ DONNELLAN, 1966, p. 285-289.

1. AS TEORIAS DE FREGE E RUSSELL E A APARENTE INCOMPATIBILIDADE ENTRE ELAS

Frege, em “Sobre o Sentido e a Referência” (1978), esboçou uma teoria das descrições definidas, expressões da forma “o objeto (ou indivíduo) que é (ou que fez) tal e tal”, considerando-as como *nomes próprios*.⁵ Posteriormente, Russell, em “Da Denotação” (1974), apresenta uma teoria das *expressões denotativas*, que é uma categoria de expressões que contém as descrições definidas, que ele não define, só dá exemplos, como: “nada”, “tudo”, “alguém”, “a escritora brasileira”, “o atual rei do Brasil”.⁶ Cabe ressaltar que a teoria de Russell é concebida como uma alternativa à teoria de Frege. Diferentemente de Frege, Russell considera as descrições definidas não como nomes próprios, mas como expressões que não têm significado isoladamente, porém, apenas no contexto de uma sentença.⁷ A principal diferença entre as teorias de Frege e Russell é que uma sentença com uma descrição definida vazia, que não se refere a nada, como “o atual rei do Brasil”, é considerada por Russell basicamente como falsa; enquanto, para Frege, não tem valor de verdade.

Nesse primeiro capítulo, exploraremos as teorias de Frege e Russell sobre as descrições definidas e as aparentes incompatibilidades entre elas. Iniciaremos com a discussão sobre o sentido e a referência das sentenças assertóricas completas, onde Frege apresenta sua concepção das descrições definidas como nomes próprios de referência singular. Abordaremos como as sentenças assertóricas completas funcionam como veículos para expressar pensamentos completos, cuja referência pode variar dependendo do contexto e do conhecimento do falante. Em seguida, abordaremos as sentenças subordinadas que contêm descrições definidas, discutindo como Frege aborda a questão do sentido e da referência nesse contexto específico. Destacaremos como as descrições definidas nessas sentenças podem ter sentido, mas carecer de referência em certos contextos, como no caso de personagens fictícios ou entidades imaginárias. Então, analisaremos a teoria de Russell, destacando sua visão das expressões denotativas, que incluem as descrições definidas, como expressões sem significado

⁵ FREGE, 1978, p. 62-67.

⁶ RUSSELL, 1974, p. 09-20.

⁷RUSSELL, 1974, p. 10.

isolado, mas apenas no contexto de uma sentença. Posteriormente, discutiremos o desenvolvimento da teoria das expressões denotativas por Russell, onde ele utiliza variáveis para explicar a referência das descrições definidas, diferenciando-as de nomes próprios. Por fim, abordaremos as diferenças que motivam a impressão de incompatibilidade das teorias de Frege e Russell, especialmente em relação ao tratamento de descrições definidas vazias, como "o atual rei do Brasil é cego", e suas interpretações sobre a negação e a existência de objetos sem referência.

1.1. A teoria de Frege

Em "Sobre o Sentido e a Referência" (1978), Frege esboça uma teoria da semântica dos nomes próprios, incluindo a semântica das descrições definidas como parte dessa teoria, já que Frege considera as descrições definidas como nomes próprios.⁸ À primeira vista, tais descrições parecem referir-se a um objeto singular de referência determinada, por exemplo, a descrição definida "a autora de *Laços de Família*", que se refere a Clarice Lispector. Entretanto, veremos que, para Frege, em algumas ocasiões uma descrição definida pode possuir um sentido sem necessariamente ter uma referência, como no caso de "a mulher protagonista do conto 'Amor'", que não se refere a nada. Já que, nesse cenário, a descrição definida se relaciona a Ana, uma personagem fictícia criada por Clarice Lispector, que não existe na realidade.⁹

Nessa seção, sobre a teoria de Frege, nosso enfoque inicial será na explanação do sentido e da referência dos nomes próprios, a fim de compreendermos como Frege concebe as descrições definidas e os cenários em que uma descrição definida tem sentido, porém carece de referência. Finalmente, concentrar-nos-emos em uma exposição sobre a identidade nas sentenças assertóricas completas, a fim de alcançar uma compreensão da existência e da não existência das entidades nas sentenças subordinadas que incluem descrições definidas.

I. Sentido e referência de nomes próprios

⁸FREGE, 1978, p. 62.

⁹FREGE, 1978, p. 68.

Frege considera um nome próprio como qualquer forma de designação, seja expressão, palavra ou sinal, que se refere a um objeto singular de referência determinada. Por exemplo, temos "Clarice Lispector" ou "a autora de *Laços de Família*", que é uma descrição definida de Clarice Lispector. Para Frege, um nome próprio não envolve apenas a referência do objeto designado, mas também o sentido, que é o modo de apresentação deste objeto.¹⁰

O sentido de um nome próprio pode ser entendido da seguinte maneira: ao considerarmos o nome próprio "Clarice Lispector", a referência desse nome é o objeto específico que ele designa, ou seja, a própria entidade Clarice Lispector. No entanto, o sentido desse nome próprio é idêntico ao sentido de uma descrição definida, e isso pode variar dependendo do falante, como "a filha de Mania Lispector", "a escritora brasileira mais importante do século XX", "a autora brasileira nascida na Ucrânia", que representam diferentes maneiras de se referir à mesma entidade. O desafio surge quando alguém que não sabe que a filha de Mania Lispector é a mesma pessoa que é considerada a escritora brasileira mais importante do século XX, pois essa falta de conhecimento pode levar a um equívoco. Para evitar tal situação, seria necessário conhecer todas as possíveis designações que se referem a uma mesma entidade, algo que nem sempre é viável.

No caso de um nome próprio genuíno, como "Aristóteles" as opiniões quanto ao sentido podem certamente divergir. Poder-se-ia, por exemplo, tomar como seu sentido seguinte: o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre Magno. Quem fizer isso associará outro sentido a sentença "Aristóteles nasceu Estagira" do que alguém que tomar como sentido daquele nome: o mestre de Alexandre Magno, que nasceu em Estagira. Enquanto a referência permanecer a mesma, tais variações de sentido podem ser toleradas, ainda que elas devam ser evitadas na estrutura teórica de uma ciência demonstrativa, e não devem ter lugar numa linguagem perfeita. (FREGE 1978, p. 63)

Conforme discutido anteriormente, o nome próprio "Clarice Lispector" se refere à pessoa específica Clarice Lispector. No entanto, vários outros nomes podem ser associados a essa mesma pessoa, como "a filha de Mania Lispector" ou "a escritora brasileira mais importante do século XX". Porém, o sentido de um nome pode existir sem uma referência correspondente, como no caso da descrição definida "a mulher protagonista em *Laços de Família*", que possui um sentido, mas não possui uma

¹⁰ FREGE, 1978, p. 62.

referência real, já que Ana é uma personagem fictícia criada por Clarice Lispector para o livro *Laços de Família* e, portanto, não existe na realidade.

A respeito da questão da representação associada aos nomes, podemos dizer que para Frege, uma representação é um episódio concreto. Por exemplo, vamos imaginar que eu esteja sentindo uma dor agora, e chamamos essa dor de A. Esta dor passa, mas logo depois eu sinto outra dor, da mesma intensidade e exatamente igual à primeira dor, que chamo de B. Temos dois eventos, um episódio foi a dor A e outro episódio foi a dor B. Quer dizer, a emoção, o sentimento, é igual, ou seja, é exatamente a mesma dor, mesmo assim são dores diferentes, porque são episódios diferentes. Por causa disso duas pessoas não podem sentir a mesma dor mesmo que ambas tenham exatamente os mesmos sentimentos. Já que um episódio acontece em uma pessoa e outro episódio acontece em outra pessoa.¹¹

O que Frege está dizendo é que o ato de pensar possui um conteúdo que é como um tesouro da humanidade, passado de geração a geração.¹² Um médico pode tratar indivíduos diferentes com o mesmo remédio, se ambos estão com a mesma doença. Com isso, é possível perceber que é comum termos pensamentos (sentidos) diferentes para uma mesma referência. Por exemplo, o sentido "a escritora brasileira mais importante do século XX" é parte do conteúdo de um pensamento para se referir ou designar a pessoa Clarice Lispector, da mesma forma que "a filha de Mania Lispector". Para justificar que falemos de uma referência de um nome qualquer, por hora, basta nossa intenção ao falar ou ao pensar, mesmo que tenhamos que acrescentar à nossa fala a ressalva: caso a referência exista.¹³

II. Sentido e referência das sentenças assertóricas completas

Sobre o sentido e a referência das sentenças assertóricas completas, e admitindo que uma sentença assertórica completa tenha uma referência, "se substituirmos uma palavra da sentença por outra que tenha a mesma referência, mas sentidos diferentes, isso não poderá ter nenhuma influência sobre a referência da sentença". (FREGE, 1978, p. 67) O pensamento expresso pela sentença "Clarice

¹¹FREGE, 1978, p. 64.

¹² FREGE, 1978, p. 65.

¹³ FREGE, 1978, p. 67.

Lispector é a autora de *Laços de Família*”, por exemplo, é diferente do pensamento da sentença "a filha de Mania Lispector é a autora de *Laços de Família*".¹⁴ Como discutimos previamente, alguém que não tem conhecimento de que Clarice Lispector é filha de Mania Lispector pode interpretar um dos pensamentos como verdadeiro e o outro como falso. Logo, para Frege, o pensamento não pode ser a referência, mas o sentido de uma sentença assertiva completa.¹⁵

Por outro lado, Frege esclarece que sentenças que contêm como parte uma descrição definida sem referência serão sentenças sem referência.¹⁶ Por exemplo, a sentença "a mulher protagonista em *Laços de Família*" possui um sentido, um pensamento de haver uma mulher que é a protagonista do conto "Amor", mas não possui uma referência.¹⁷ Isso ocorre porque "a mulher protagonista em *Laços de Família*", a descrição definida nessa sentença, refere-se a um personagem fictício chamado Ana, do livro *Laços de Família*, escrito por Clarice Lispector. Frege afirma que se tomarmos a sentença como verdadeira ou falsa, certamente estaremos atribuindo a ela, além de um sentido, uma referência. Isso ocorre porque é com base na referência desse nome que o predicado é afirmado ou negado. Contudo, no caso de um personagem fictício, como no exemplo citado, a referência não é crucial, já que o pensamento permanece inalterado, independentemente de o nome ter uma referência ou não.

Para Frege, na ciência, ao contrário da ficção, o pensamento perde seu valor se reconhecemos que a referência de uma de suas partes não existe. Isso significa que, para ele, é o motivo pelo qual não nos contentamos apenas com o sentido de uma sentença, levando-nos a também buscar sua referência. Em outras palavras, o pensamento não é suficiente para Frege, uma vez que nos preocupamos com o valor de verdade de uma sentença. Essa busca pela verdade nos direciona do sentido à referência.¹⁸ Como resultado, Frege reconhece o valor de verdade, isto é, a circunstância que determina se a sentença é verdadeira ou falsa, como sendo a referência da sentença. Portanto, para esse filósofo, o verdadeiro e o falso são os únicos valores de verdade possíveis, e o valor de verdade é o objeto a ser designado por uma sentença, não o sujeito.

¹⁴ Para Frege, um pensamento é um conteúdo objetivo, e não o ato de pensar. (FREGE, 1978, p. 67)

¹⁵ FREGE, 1978, p. 67.

¹⁶ FREGE, 1978, p. 68.

¹⁷ FREGE, 1978, p. 68.

¹⁸ FREGE, 1978, p. 67-68.

Somos assim levados a reconhecer *o valor de verdade* de uma sentença como sendo sua referência. Entendendo por valor de verdade de uma sentença a circunstância de ela ser verdadeira ou falsa. Não há outros valores de verdade. Por brevidade, chamo a um de o verdadeiro e a outro de o falso. Toda sentença assertiva, em face à referência de suas palavras, deve ser, por conseguinte, considerada como nome próprio, e sua referência, se tiver uma, é ou verdadeiro ou falso. (FREGE, 1978, p. 69)

Através de um exemplo utilizado por Frege¹⁹, veremos a seguir o caso das sentenças subordinadas que não possuem um pensamento como sentido nem um valor de verdade como referência. A sentença:

"Quem descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria",

contém a sentença subordinada "quem descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias". Segundo Frege a sentença subordinada não expressa um pensamento completo nem se refere a um valor de verdade.

No entanto a sentença "Quem descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria" parece conter o pensamento da existência de alguém que inicialmente fez a descoberta. Isso ocorre porque somente dessa maneira a sentença teria uma referência. Entretanto, para Frege, aquele que afirma isso está apenas *pressupondo* a existência de alguém, em vez de efetivamente afirmar ou negar algo como verdadeiro ou falso.²⁰

Na teoria de Frege quando algo é asserido não afirmamos, mas *pressupomos* que os nomes simples ou compostos usados nesta asserção têm referência.

Se algo é asserido, pressupõe-se obviamente que os nomes próprios usados, simples ou compostos, têm referência. Quando se asserir que "Kepler morreu na miséria", pressupõe-se que o nome Kepler designa algo; mas disso não se segue que o sentido da sentença "Kepler morreu na miséria" encerre o pensamento de que o nome "Kepler" designa alguma coisa. (FREGE, 1978, p. 75)

Quando se asserir que: "Kepler" descobriu a forma elítica das órbitas planetárias pressupõe-se que o nome "Kepler" designa algo, desta forma:

"existe um x, tal que x é Kepler".

¹⁹ FREGE, 1978, p. 75.

²⁰ FREGE, 1978, p. 75-76.

Se, erroneamente, como no exemplo acima, afirmamos que o nome “Kepler” designa algo, o que acontece é que como nesta sentença tem duas afirmações, a saber:

- (i) O nome “Kepler” designa algo;
- (ii) “Kepler” morreu na miséria

na asserção contrária, na negação sentencial, também haveria duas sentenças:

- (iii) O nome “Kepler” não designa algo
- (iv) “Kepler” não morreu na miséria

que resultariam em uma contradição, pois assumiríamos a não existência de Kepler. Já no caso de uma pressuposição da existência não haveria uma contradição sob a negação de uma frase. Quer dizer, como para Frege, a existência é uma pressuposição e não uma asserção, então, para ele depende da verdade da sentença:

“houve alguém que descobriu a forma elítica das órbitas planetárias”,

se a sentença subordinada:

“quem descobriu a forma elítica das órbitas planetárias morreu na miséria”,

realmente designa um objeto. Logo, se a pressuposição fosse uma asserção contida na sentença principal, sua negação seria:

“quem descobriu a forma elítica das órbitas planetárias não morreu na miséria, ou não houve alguém que descobriu a forma elítica das órbitas planetárias morreu na miséria”.²¹

Sendo o entendimento em pressupor ou asserir a existência de um objeto a grande diferença entre Frege e Russell.

1.2. A teoria de Russell

Em seu artigo "Da Denotação" (1974), Bertrand Russell elabora uma teoria das expressões denotativas, que é uma categoria de expressões que contém as descrições definidas. Para isso, ele não define exatamente qual é essa classe, mas nos fornece exemplos de sua forma, tais como: “tudo”, “nada”, “algo”, “um homem”, “todos os

²¹ FREGE, 1978, p. 76.

homens”, “o atual rei da Inglaterra”, “o atual rei da França”.²² O motivo para isso é que a análise semântica dessas expressões enfrenta problemas, já que, como as expressões denotativas podem substituir nomes próprios, elas parecem ser nomes próprios.

Nesta sessão, analisaremos a teoria das expressões denotativas de Russell, na qual ele utiliza a variável para explicar a referência das descrições definidas, afirmando que estas só possuem significado no contexto da sentença. Russell distingue entre variáveis e nomes próprios, destacando que as variáveis representam objetos de maneira indeterminada dentro de um domínio de discurso em proposições como " $C(x)$ ", enquanto nomes próprios se referem a objetos específicos. Veremos também que, para Russell, uma sentença que contém uma descrição definida sem referência possui um valor de verdade falso, exemplificado por sentenças como "o atual rei do Brasil é cego". Para explorar esses pontos, examinaremos a aplicação de sua teoria nas descrições definidas e a distinção importante entre ocorrências primárias e secundárias nas negações. Ao final, explicaremos como Russell compreende a existência e a não existência de objetos referidos por descrições definidas, diferenciando sua abordagem da de Frege.

I. Desenvolvimento da teoria das expressões denotativas

Para Russell, expressões denotativas, como “todos os homens” ou “a autora de *Laços de Família*”, não têm referência isoladamente, e como na linguagem aritmética ele usa a variável para explicar a referência delas; pois uma variável não se refere a um objeto específico, mas a todo e qualquer objeto. O que não significa que uma variável é um nome ambíguo, este seria “o livro escrito por Clarice Lispector”, já que, esta escritora escreveu muitos livros. Logo, a variável se refere a todos os objetos. Sendo esta a diferença entre a variável e um nome próprio, além da chave para entender a teoria de Russell, como pode ser visto no seguinte trecho:

Minha teoria exposta brevemente é a que se segue. Tomo a noção de variável, como fundamental; uso " $C(x)$ " para significar uma proposição, na qual x é um constituinte, onde x , a variável, é essencial e totalmente indeterminada (RUSSELL, 1974, p.10).

²² RUSSELL, 1974, p. 10-11.

Então, “C(x)” é um predicado que pode ser, por exemplo, “x é uma escritora”, e esse predicado pode ser complexo, como: “x é quente e amarelo”. Logo, “C()” é um parâmetro para predicados e “x” uma variável para objetos. Onde, “C” é o que fica quando substituo em uma frase completa, como: “o sol é quente e amarelo”, o nome próprio “o sol” por uma variável “x”. Disto, o que temos é: “x é quente e amarelo” e isto que temos é “C(x)”.

Para interpretar as descrições definidas, expressões denotativas que contém o artigo definido *o* ou *a*, tomemos como exemplo, a sentença:

“o pai de Clarice Lispector foi exilado”,

que contém a descrição definida “o pai de Clarice Lispector” *na posição de sujeito*, afirmando que:

“havia um e somente um x tal que x era pai de Clarice Lispector e esse x foi exilado”.

Disto, concluímos que Clarice Lispector teve um único pai, que era um exilado. O artigo definido *o*, usado na formação desta expressão denotativa, indica esta unicidade.

Acontece que, por exemplo, como Clarice Lispector escreveu vários livros a sentença: “O livro de Clarice Lispector é intitulado *Laços de Família*” é falso. Pois, esta autora escreveu vários livros. Mas aqui, para fins de explicitar esta teoria tomaremos o artigo definido no sentido de unicidade.

Quando dizemos que o pai de Clarice Lispector foi exilado, ou seja, “ x foi exilado”, afirmamos que: x tem uma relação com Clarice Lispector e ninguém mais tem essa mesma relação, expressa por: “ x gerou Clarice Lispector”. “O exposto acima mostra uma redução de todas as proposições, em que ocorrem expressões denotativas, a formas em que não ocorrem tais expressões.” (RUSSELL 1974, p.12) Logo o enunciado

“ x é o pai de Clarice Lispector”,

que contém a descrição definida “o pai de Clarice Lispector” *na posição de predicado*, quer dizer:

“ x é pai de Clarice Lispector e nada mais é pai de Clarice Lispector”,

ou

“x gerou Clarice Lispector e nada mais gerou Clarice Lispector”.

Sendo este o ponto de partida da teoria de Russell, colocando as descrições definidas na posição de predicado, na qual o artigo definido é usado apenas para concretizar o predicado, não para identificar semanticamente um sujeito no enunciado.²³

Em “C(o pai de Clarice Lispector)”, a descrição definida “o pai de Clarice Lispector” ocorre na posição de sujeito. Segundo Russell essa frase quer dizer: “existiu um e somente um objeto x tal que x gerou Clarice Lispector e C(x)”.

Por isto, se a condição de existência falha, como em uma proposição do tipo: “C (o atual rei do Brasil)”, que está predicando algo que não existe, o valor de verdade da sentença é falsa, no sentido que não existe um atual rei no Brasil.²⁴ O que poderá ser mais bem entendido a seguir.

Como vimos, Russell defende em sua teoria que uma descrição definida é parte de uma sentença e não tem significação por conta própria. Para ele, se dizemos “Clarice Lispector é escritora” este é um enunciado da forma: “x é escritora”, que tem “Clarice Lispector” como sujeito. Mas, se digo: “a autora de *Laços de Família* é brasileira”, este enunciado significa “um e somente um x escreveu o livro *Laços de Família* e este x é brasileira”, que não tem “Clarice Lispector” como sujeito. Portanto, se quisermos dizer que a autora de *Laços de Família* criou o personagem Ana, o que queremos dizer é: “um e somente um x escreveu o livro *Laços de Família*, e esse x criou o personagem Ana”.

De acordo com a perspectiva que defendo, uma expressão denotativa é essencialmente *parte* de uma sentença, e não tem, como muitas palavras simples, qual quer significado por conta própria. Se digo “Scott foi um homem”, este é um enunciado da forma da forma “x foi um homem”, e tem “Scott” como seu sujeito. Mas se digo “o autor de *Waverly* foi um homem”, este não é um enunciado da forma “x foi um homem” e não tem “Scott” como seu sujeito. (RUSSELL, 1974, p.16)

Quanto à denotação, para Russell, em cada sentença como “Clarice Lispector é a autora de *Laços de Família*”, na qual a descrição definida “a autora de *Laços de Família*” ocorre, torna-se “uma e somente uma pessoa escreveu o livro *Laços de*

²³ RUSSELL, 1974, p. 10-11.

²⁴ RUSSELL, 1974, p. 11-13.

Família, e Clarice Lispector é idêntica a essa pessoa”. Desta forma, Clarice Lispector é a denotação da descrição definida “a autora de *Laços de Família*”.²⁵

Podemos agora pensar na questão da sentença “o atual rei do Brasil é cego”, que para Russell tem duas negações: (i) *A negação do predicado* (com a ocorrência primária de “o atual rei do Brasil”): “existe atualmente um x , e somente um, que atualmente é rei do Brasil, e esse x não é cego”, que é uma sentença falsa, porque não existe esse cego que atualmente é o rei do Brasil. (ii) *A negação sentencial* (com a ocorrência secundária de “o atual rei do Brasil”): “não é verdade que existe atualmente um e somente um x que é atualmente o rei do Brasil e esse x é cego”. Uma sentença verdadeira, porque não é verdade que atualmente exista um rei do Brasil cego.²⁶ A ocorrência da descrição definida no caso da negação sentencial e secundária, porque a descrição definida ocorre no escopo da negação “não é verdade que”.

Esta distinção entre ocorrência primária e secundária feita por Russell é uma distinção sintática. Nesse contexto, "sintática" refere-se à dependência da forma da sentença, em que apenas a estrutura é considerada, ignorando o conteúdo semântico. Pela forma da sentença, podemos avaliar quem é o sujeito.

Por fim, sobre negar a existência do atual rei do Brasil, é para Russell uma questão muito simples de resolver. Em sua teoria como a descrição definida “o atual rei do Brasil” se refere a todos os objetos, ou seja, “para todos os x , x não é atualmente rei do Brasil”, não precisamos pressupor a existência do atual rei do Brasil.²⁷

1.3. As diferenças que motivam a impressão de incompatibilidade das teorias de Frege e Russell

A teoria de Frege, descrita em "Sobre o Sentido e a Referência", considera as descrições definidas como nomes próprios de referência singular e determinada, que ocupam sintaticamente a posição de sujeito nas sentenças. Por exemplo, na sentença "O

²⁵ RUSSELL, 1974, p. 16-17.

²⁶ RUSSELL, 1974, p. 18.

²⁷ RUSSELL, 1974, p. 18.

x é pai de Clarice Lispector", 'O x ' é um nome próprio que se refere a um objeto singular de referência determinada. Por outro lado, a teoria de Russell, apresentada em "Da Denotação", considera que as descrições definidas semanticamente não têm referência isoladamente e só têm significado no contexto da sentença. Elas podem: (a) Designar um objeto singular, como "a mãe de Clarice Lispector"; (b) Designar nada, como "o rei do Brasil", que se refere a um objeto específico pela intenção; (c) Designar vários objetos de forma ambígua, como "o livro escrito por Clarice Lispector", devido a essa autora ter escrito diversos livros.

O exposto revela que, na teoria russelliana, as descrições definidas se referem a todos os objetos e o artigo definido é usado apenas para concretizar o predicado. Por exemplo, a sentença " x é o pai de Clarice Lispector" significa que " x é pai de Clarice Lispector e nada mais o é".

Para Frege, $A=B$ é uma relação de identidade entre dois objetos. Então, A e B são descrições definidas (nomes próprios), como "a Clarice Lispector" e "a autora de *Laços de Família*", com significados em si mesmos e o significado é a referência. Nisto, a forma lógica de uma sentença, como "Clarice Lispector é a autora de *Laços de Família*", é a forma de uma relação entre objetos. Neste caso, como ambos os objetos têm como referência Clarice Lispector, a sentença significa "Clarice Lispector é Clarice Lispector". Já, para Russell sentenças como $A=B$ só parecem conter nomes próprios; mas, não os contém. Pois, na teoria russelliana descrições definidas são símbolos incompletos que não têm significado em si mesmos, apenas no contexto da sentença. Isto significa: "não é sempre falso para x que ' x escreveu *Laços de Família*, que é sempre verdadeiro para y que se y escreveu *Laços de Família*, y é idêntico a x , e que Clarice Lispector é idêntico a x ". De forma simplificada isto quer dizer: "existe um x , x é o único objeto Clarice Lispector, existe um único objeto que 'escreveu *Laços de Família*', e x é igual a y ". Portanto, para Russell as descrições definidas não são nomes próprios como para Frege, são expressões quantitativas.

A mais importante diferença entre estas duas clássicas abordagens, sobre as descrições definidas, é que para Frege a sentença "o atual rei do Brasil é cego", não é verdadeira e nem falsa, pois contém como parte uma descrição definida que não se refere a nada. Diferentemente de Russell que considera a mesma sentença falsa, porque afirma que "existe um e somente um objeto x , tal que x é atualmente rei do Brasil, e esse

objeto é cego”. O que é falso é a asserção da existência, pelo fato de atualmente não existir um rei do Brasil. Sobre a negação, “o atual rei do Brasil não é cego”, Russell diz que esta sentença tem duas negações. Uma diz que “existe atualmente um x , e somente um, que atualmente é rei do Brasil, e esse x não é cego”, que é a negação do predicado. A outra negação se refere à sentença completa, é uma negação sentencial que diz “não é verdade que o atual rei do Brasil é cego”.

Outra importante diferença é a de que Frege trata a existência como pressuposição enquanto Russell a trata como afirmação. Na teoria de Frege quando algo é asserido não afirmamos, mas *pressupomos* que os nomes simples ou compostos usados nesta asserção têm referência. Já, para Russell, em sua teoria, uma descrição definida, como por exemplo, “o atual rei do Brasil” se refere a todos os objetos, ou seja, “para todos os x , x não é atualmente rei do Brasil”, não precisamos pressupor a existência do atual rei do Brasil.

Frege assume que expressões como “a estrela da manhã”, “o planeta Vênus” ou “a autora de *Laços de Família*” são descrições definidas pela sua forma. Isso quer dizer que uma expressão, para ser uma descrição definida, depende apenas da sua forma; ou seja, não depende da semântica, não necessita denotar alguma coisa. Sendo assim, para Frege, uma descrição definida é um nome, como “Aristóteles”, “Vênus”, ou “Clarice Lispector”.²⁸

Por outro lado, para Russell, descrições definidas não são nomes, pois em sua teoria das expressões denotativas ele usa a variável para explicar a referência das descrições definidas, afirmando que estas só tem significado no contexto da sentença.²⁹ Então, na teoria russelliana, quando dizemos que “a estrela da manhã é brilhante”, isto significa “existe uma e somente uma estrela da manhã e ela é brilhante.” Além disso, para Russell, os nomes próprios podem abreviar uma descrição definida³⁰, descrição esta que é eliminada em sua teoria das expressões denotativas. Sendo assim, se “Clarice Lispector” abrevia “a autora de *Laços de Família*”, algo como “Clarice Lispector foi

²⁸ Uma descrição definida é uma descrição que a primeira vista se aplica a um e apenas um objeto, e contém o artigo *a* ou o artigo *o*.

²⁹ RUSSELL, 1974, p. 17.

³⁰ RUSSELL, 1974, p. 11.

uma mulher” significa “Existe uma e somente uma autora de *Laços de Família* e ela foi uma mulher”.³¹

Russell soluciona a questão da identidade, a saber, a de explicar como é possível que sentenças triviais da forma “ $a=a$ ”, e sentença informativas da forma “ $a=b$ ” têm valores cognitivos diferentes, posicionando as descrições definidas na posição de predicado. Posição na qual o artigo definido é usado apenas indicar unicidade e concretizar o predicado, não para identificar semanticamente um sujeito no enunciado. No caso da descrição definida “a estrela da manhã”, por exemplo, o que temos é “ x é a estrela da manhã”. Então, para este autor, na proposição “Vênus é a estrela da manhã”, o que estamos dizendo é “existe uma coisa e uma única coisa que permanece no céu pela manhã e Vênus é igual a essa coisa”. Disto, como o planeta Vênus é de fato a estrela da manhã, a sentença tem o valor de verdade verdadeiro.

Já Frege pensa a identidade como uma relação entre objetos, pois “Se o sinal ‘ a ’ apenas enquanto objeto (aqui, por sua configuração), não enquanto sinal – isto é, não pela maneira como designa alguma coisa – então, o valor cognitivo de $a = a$ se tornaria essencialmente igual ao de $a = b$, desde que $a = b$ seja verdadeira.” (FREGE, 1978, p. 62) Portanto, para este autor, uma diferença ocorre apenas no modo de apresentação do objeto designado. Ou seja, Frege distingue, em uma expressão denotativa, como “Vênus”, “o planeta Vênus”, ou “a estrela da manhã”, dois elementos: o *sentido*, que está contido no modo de apresentação, e a *referência*, que é o próprio objeto designado.³² Logo, para Frege, as descrições definidas, que ocupam uma posição de sujeito nos enunciados, designam um objeto singular de referência determinada, caso contrário não tem valor de verdade. Já que, não haverá um objeto a ser predicado.

³¹ RUSSELL, 1974, p. 16.

³² FREGE, 1978, p. 62.

2. A TEORIA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS DE OSWALDO CHATEAUBRIAND

No artigo “Descriptions: Frege and Russell Combined” (2002), Chateaubriand apresenta uma abordagem para fazer uma síntese entre as teorias de Frege e Russell. Nela, o autor defende que há nas descrições definidas uma distinção fundamental entre *termos denotativos* (que pretendem denotar algo), e *predicados descritivos* (que pretendem atribuir algo univocamente a algo).³³ Por exemplo, na sentença “a autora de *Laços de Família* é Clarice Lispector”, a descrição definida “a autora de *Laços de Família*” ocorre na posição de sujeito e o predicado é “x é Clarice Lispector”. Ao passo que no caso da sentença “Clarice Lispector é a autora de *Laços de Família*” a descrição definida “a autora de *Laços de Família*” faz parte do predicado “x é a autora de *Laços de Família*”, e quando uma descrição definida ocorre como parte de um predicado ela ocorre na posição de predicado.

Segundo Chateaubriand, a teoria de Russell é correta quando ela está aplicada as ocorrências de uma descrição definida na posição do predicado, e a teoria de Frege é correta no caso das ocorrências de descrições definidas na posição de sujeito.³⁴

Com o objetivo central deste capítulo voltado para a exposição da síntese feita por Chateaubriand, temos como intenção subsequente compará-la com a teoria de Donnellan. Além disso, a síntese nos leva a uma dúvida que pretendemos resolver. Isto é, pretendemos apontar uma possível lacuna aberta na teoria de Chateaubriand e indicar como essa possa ser fechada. Trata-se da questão de descrições definidas vazias na posição de sujeito que fazem parte de enunciados que não deixam de ter valor de verdade. Sendo assim, o plano de trabalho deste capítulo começa com a apresentação da síntese feita por Chateaubriand das teorias de Frege e Russell sobre descrições definidas. Na sequência, analisaremos uma possível falha dessa síntese ao lidarmos com descrições definidas vazias.

³³ CHATEAUBRIAND, 2002, p. 215-216.

³⁴ CHATEAUBRIAND, 2002, p. 213-214.

2.1. A ideia básica de Chateaubriand para uma síntese das teorias de Frege e Russell sobre descrições definidas

Em “Descriptions: Frege and Russell combined” (2002), Oswaldo Chateaubriand caracteriza as clássicas teorias para descrições definidas da seguinte forma:

(i) A teoria russelliana é caracterizada como a da intuição predicativa, ou seja, um enunciado da forma “a é o F”. Nisto, “a” é um nome próprio que não contém uma descrição, como “Clarice Lispector é a autora de *Laços de Família*”, pois neste caso temos a descrição definida na posição de predicado (o artigo definido é usado apenas para concretizar o predicado, um uso atributivo). Sendo assim, “a é o F” quer dizer: “a é F e nada mais o é”, e isto significa: “a é F, e para todo x se x é F, então x é igual a”. Mas, também em outras palavras: “a é F, e para todos os x se x é diferente de a, então x não é F”. Então, “a é o F” contém duas predicções, uma dizendo que “a é F”, e a segunda dizendo que “nada mais que a é F”. Assim, a sentença será verdadeira apenas no caso de as duas predicções serem verdadeiras. Por isto, se “a” não for “F”, ou se outra coisa além de “a” for “F”, a sentença é falsa. Para ficar mais claro podemos pensar no exemplo: “Clarice Lispector é a escritora”, que neste caso é uma sentença falsa. Já que, outras pessoas também são escritoras. Porém, seria verdadeiro se disséssemos “Pinkhas Lispector é o pai de Clarice Lispector”, pois Pinkhas Lispector é o pai de Clarice Lispector e nada mais o é.³⁵

(ii) A teoria fregeana caracterizada como a da intuição do termo singular, ou seja, um enunciado da forma “O F é G”. Nisto, “o F” tem a função de um nome próprio que identifica um objeto do qual queremos falar, sendo esta a função básica de um nome próprio. Ou seja, um nome próprio identifica um objeto como sujeito do nosso enunciado; neste caso a função semântica da descrição definida é a identificação (uso referencial). Por exemplo, “O pai de Clarice Lispector é Pinkhas Lispector”, um enunciado da forma sujeito-predicado, onde a descrição definida “o pai de Clarice Lispector” é um termo singular. Sendo assim, se existe uma única coisa que é o pai de Clarice Lispector, então “o pai de Clarice Lispector” denota esta coisa. Logo, este enunciado é verdadeiro se esta descrição definida “o pai de Clarice Lispector” tem denotação. Mas, se não existe uma única coisa que é o pai de Clarice Lispector, então a

³⁵ CHATEAUBRIAND, 2002, p. 213.

descrição definida ‘a Clarice Lispector’ não denota e a sentença completa não é nem verdadeira nem falsa, pois neste caso não existiria um objeto para ser sujeito da predicação

A ideia básica de Chateaubriand é de que quando há a ocorrência de uma descrição definida como parte de um predicado (como “Clarice Lispector é a escritora”), nós temos que aplicar a teoria de Russell para descrições definidas. Mas, quando a descrição definida ocorre como sujeito (como “Pinkhas Lispector é o pai de Clarice Lispector”), nós temos um uso de sujeito da descrição definida e devemos aplicar a teoria das descrições definidas de Frege.

Meu propósito neste artigo é esboçar uma teoria de descrições que combine a intuição fundamental de Russell e a intuição fundamental de Frege acerca de descrições. A ideia básica é que a intuição russelliana é uma intuição sobre descrições na posição de predicado, enquanto a intuição fregeana é uma intuição sobre descrições na posição de sujeito. Uma vez que nem Frege nem Russell distinguiam explicitamente posições de sujeito de posições de predicado, eles generalizaram seus tratamentos a todas as posições. Minha abordagem consistirá em preservar estas intuições distinguindo notacionalmente posições de sujeito de posições de predicado. (CHATEAUBRIAND, 2002, p. 213)³⁶

2.2. Notação para distinguir posições de sujeito de posições de predicado

Para elucidar a maneira que Chateaubriand faz para distinguir posição de sujeito da posição de predicado, tomemos como exemplo a seguinte expressão:

- $\forall x(Fx \rightarrow Gx)$,

esta que se trata de uma afirmação que fazemos na lógica que significa: “para todo x, Fx então Gx”. Para Chateaubriand esta é uma expressão ambígua, se iremos interpretá-la como uma predicação, já que ele considera afirmações como uma relação entre sujeito e predicado e não como uma afirmação de identidade, podemos fazer isso de quatro maneiras:

³⁶ Traduzido pelo próprio Chateaubriand em seu manuscrito “Descrições: combinando Frege com Russell” não publicado.

- (i) $[\forall x(Zx \rightarrow Wx)](F, G)$, afirmando que temos o conceito F, temos o conceito G, e estou dizendo de F e G que F é universalmente subordinado a G. Aqui estamos predicando uma relação entre os dois sujeitos F e G. e esta relação é uma relação de subordinação universal.
- (ii) $[\forall x(Zx \rightarrow Gx)](F)$,afirmando sobre o sujeito F que ele é universalmente subordinado a G. Onde ser universalmente subordinado a G é um predicado que eu posso afirmar de várias coisas.
- (iii) $[\forall x(Fx \rightarrow Wx)](G)$, afirmando sobre o sujeito G que ele se aplica a tudo que F se aplica. Onde ser universalmente subordinado a F é um predicado.
- (iv) $[\forall x(Zx)] ([Fx \rightarrow Gx](x))$, afirmando sobre o sujeito, que é a relação “F então G”, que ele se aplica universalmente.

O que está sendo demonstrado com as variações acima é que quando falamos que “a autora de *Laços de Família* é Clarice Lispector”, podemos pensar que o sujeito é “a autora de *Laços de Família*”, mas não, como vimos, podemos escolher outro sujeito. Sendo assim, em um enunciado quando um termo singular sem denotação ocorre na posição de sujeito, este enunciado não tem valor de verdade, ao contrário do que acontece quando ele ocorre na posição de predicado. Por isso, Chateaubriand rejeita em parte a abordagem de Russell, porque esse filósofo trata pressuposições como afirmações.

Seguirei Frege ao sustentar que quando um termo singular sem denotação ocorre na posição de sujeito em um enunciado, então o enunciado não é nem verdadeiro nem falso. A qualificação ‘na posição de sujeito’ é importante, pois um termo singular sem denotação pode ocorrer como parte de um predicado em um enunciado sem que isto resulte em falta de valor de verdade para o enunciado. (CHATEAUBRIAND, 2002, p. 215)

Por exemplo, pensemos no enunciado “Maria ama Papai Noel”. Se interpretarmos este enunciado com os nomes (“Maria” e “Papai Noel”) na posição de sujeito (com dois sujeitos “Maria” e “Papai Noel”), este enunciado não será nem verdadeiro nem falso, como é para Frege. Já que não existe esta coisa “Papai Noel” para ser amada por Maria. Mas, se interpretamos o mesmo enunciado na posição de predicado, ou seja, contendo uma predicação, a saber, a de amar Papai Noel, na qual

quem ama é o sujeito “Maria”, diremos: “Maria tem a propriedade de amar Papai Noel”, que para ser verdadeiro ou falso depende apenas do amor que Maria sente.

2.3. Sobre a distinção entre a negação predicativa e a negação proposicional

Chateaubriand faz uma distinção entre *negação predicativa* e *negação sentencial*. Para ele, diferentemente da lógica clássica que para negações apenas dizemos que “não é o caso que”, dizer que “não é o caso que...” é uma negação sentencial, na qual estaremos negando uma sentença, como por exemplo, “não é o caso que Clarice Lispector é bailarina”. Nisto, se temos uma sentença que não é verdadeira nem falsa, ela não é o caso.³⁷

Acontece que na linguagem comum nós negamos uma sentença que não é verdadeira nem falsa. Posição que Frege admite, quando nos dá o exemplo “Ulisses profundamente adormecido é desembarcado em Ítacaca”³⁸, na qual o nome “Ulisses” por ser um nome de ficção não denota nada, não é um nome verdadeiro nem falso. Sendo esta a posição que Chateaubriand também adota, mas diferente de Frege, não considera isto um problema da linguagem natural que deve ser evitado na linguagem lógica.

Outro aspecto central da minha abordagem é que considero a exclusão de termos que não denotam e sentenças sem valor de verdade não apenas injustificada, mas também por obscurecer e confundir muitos pontos e distinções importantes relevantes para a explicação da verdade, descrições, sentidos, etc. Assim, em minhas discussões, tanto formais quanto informais, permito nomes próprios não denotativos, descrições definidas, predicados e sentenças (que são, portanto, sem valor de verdade). Aqui eu discordo de Frege, pois embora ele permita termos que não denotam e sentenças sem valor de verdade em suas considerações informais sobre a linguagem comum, ele considerou isso uma imperfeição da linguagem comum que deveria ser evitada na

³⁷ CHATEAUBRIAND, 2002, p. 222.

³⁸ FREGE, 1978, p. 68-69.

formulação de uma linguagem lógica. (CHATEAUBRIAND, 2001, p.65 e 66)

Chateaubriand acredita ser um grande erro não considerarmos proposições que não são verdadeiras nem falsas. Já que disto, para este autor, surge imediatamente a questão de que a negação predicativa de uma sentença que não é nem verdadeira nem falsa; também é nem verdadeira nem falsa. Sendo assim, se eu digo “Ulisses profundamente adormecido não foi desembarcado em Ítacaca”, isto também nem é verdadeiro nem falso. Porque o nome “Ulisses” continua sem denotar. Mas, se eu digo “não é verdade que Ulisses profundamente adormecido foi desembarcado em Ítacaca”, isto sim é verdadeiro. Por que não é verdade, ou seja, se não é verdadeiro nem falso, não é verdadeiro.³⁹

Quando nós fazemos estas distinções, entre a negação predicativa e a negação proposicional, possibilitada pela generalização da noção de predicação nas expressões feitas por Chateaubriand em sua teoria, vemos que as negações predicativas são diferentes das negações sentenciais. A diferença é que há uma distinção fundamental entre a descrição definida no sentido de:

- (i) *termo definido*, como “a autora de *Laços de Família* criou o personagem Ana”, no qual temos uma *descrição do sujeito*. Quer dizer, a descrição definida aparece sintaticamente no lugar de sujeito. Com ela estarei me referindo ao termo singular que é a pessoa Clarice Lispector, como é para Frege.⁴⁰
- (ii) *predicados descritivos*, como quando aponto para uma pessoa e digo “Aquela é a autora de *Laços de Família*”. Nisto teremos uma descrição de predicado, que pretende atribuir algo univocamente a algo, como é para Russell. Com a descrição definida aparecendo sintaticamente no lugar do predicado.⁴¹

2.4. A abordagem feita por Chateaubriand para uma síntese das teorias de Frege e Russell sobre descrições definidas

³⁹ CHATEAUBRIAND, 2002, p. 217.

⁴⁰ CHATEAUBRIAND, 2002, p. 216-217.

⁴¹ CHATEAUBRIAND, 2002, p. 216.

Para Chateaubriand, nas intuições de Russell e Frege, um operador corresponde ao predicado: “é o F ”, e o outro corresponde ao termo singular “o F ”.⁴² A análise russelliana de “a é o F ”, com a predicação “a é o F e nada mais o é”, pode ser formulada como:

(i) $[Fx \ \&\forall y (Fy \rightarrow y = x)] (a)$, na qual “a” é o sujeito, e a expressão significa:

“a tem o predicado de ser o único objeto que é F ”.

Então, temos o predicado:

“ x é F e para todo y se y também é F , y é x ”,

em outras palavras este é um predicado que diz:

“ser um x tal que x é F , e só x é F ”.

Com isto, Chateaubriand deixa claro que para Russell a descrição definida, representada aqui pelo termo “o F ”, corresponde nas sentenças um predicado. Quer dizer, para Russell a descrição definida está na posição de predicado, por exemplo:

“ x é a autora de *Laços de Família* e nada mais o é”.

Por outro lado, a análise de Frege de “O F é G ”, pode ser formulada como:

(ii) $[Gx](\exists xFx)$, que significa:

“o x tal que x é F é G ”.

Nisto, “ \exists ” (produz um termo singular) é uma formalização do artigo definido “o”, que denota uma coisa, se “ Fx ” se aplica unicamente a esta coisa ou caso contrário não denota nada. Sendo assim, a análise fregeana de “a é o F ”, é uma identidade, na qual o “é” representa a identidade entre dois termos singulares “a” e “o F ”, e pode ser formulado da seguinte forma:

(iii) $[x = y] (a, \exists xGx)$, na qual “[$x = y$]” é o predicado e nós aplicamos este predicado a dois nomes “a” e “ $\exists xGx$ ”.

Então, para Frege, “o x tal que x é G ” terá referência se existir um e somente um objeto que cai sob “ G ”. Se “o x tal que x é G ” é “a autora de *Laços de Família*”,

⁴² CHATEAUBRIAND, 2002, p. 216.

esta expressão designa um e somente um objeto, e a referência deste objeto é Clarice Lispector. Mas, se “o x tal que x é G ” é “o x , tal que x escreveu um livro”, não tem denotação. Por exemplo, se alguém diz “a autora de um livro”, não tem referência, pois muitas pessoas escreveram um livro, esta expressão não tem denotação, falta à unicidade. Portanto para Frege, “o x é G ” é um nome próprio que só tem referência quando existe um G e somente um G .

Em suma, o que Chateaubriand está dizendo é que ele concorda que às vezes usamos enunciados como “ a é o F ” para fazermos enunciados de identidade, como “Clarice Lispector é a autora de *Laços de Família*” e acredita que a análise de Frege é a correta para estes enunciados de identidade. Mas, o autor não concorda que seja em geral a interpretação correta de “ a é o F ”. Isto pode ser visto pelo fato que negamos enunciados da forma “ a é o F ” pensando que a não é um F e que a não é o único F .⁴³

Podemos entender melhor considerando que rejeitamos enunciados na forma “ a é o F ”, com base na compreensão de que a não é o único F . Por exemplo, se alguém afirmar que Chico Buarque é o único autor de “Cálice”, podemos negar essa afirmação destacando que a música foi composta em colaboração com Gilberto Gil, mostrando que houve contribuição mútua na sua criação. Da mesma forma, podemos negar se alguém afirmar que foi Clarice Lispector que compôs esta música. Assim, enquanto os enunciados de identidade podem ser contestados com base em circunstâncias que mostram a não exclusividade da afirmação, sua aplicação generalizada como proposto por Frege é questionável. Desta forma, enquanto os enunciados de identidade (a descrição definida está na posição de sujeito), como:

Chico Buarque = o autor de “Cálice”

e

Clarice Lispector = a autora de “Cálice”

não são nem verdadeiros nem falsos de acordo com a análise de Frege, as predicções:

Chico Buarque é o autor de “Cálice”

e

Clarice Lispector é a autora de “Cálice”

⁴³ CHATEAUBRIAND, 2002, p. 216.

(a descrição definida está na posição de predicado) são ambas falsas, de acordo a intuição predicativa de Russell.⁴⁴

Voltando aos exemplos iniciais, contendo a descrição definida “a autora de *Laços de Família*”, podemos ter, para Chateaubriand em sua teoria de síntese das teorias de Frege e Russell, as seguintes situações com esta descrição definida na posição de sujeito, em um uso referencial:

- (1) “Clarice Lispector = a autora de *Laços de Família*”, que é verdadeira porque Clarice Lispector é de fato a autora de *Laços de Família*. Ou seja, essa afirmação está dizendo Clarice Lispector é Clarice Lispector;
- (2) “Maria = a autora de *Laços de Família*”, que não é nem verdadeiro nem falso porque não existe a pessoa Maria que é a autora de *Laços de Família*.

Além delas, também podemos ter a seguinte situação como exemplo, com esta descrição definida na posição de predicado, em um uso atributivo:

- (3) “Clarice Lispector é a autora de *Laços de Família*” que é verdadeiro porque é um atributo de Clarice Lispector ser autora de *Laços de Família*.
- (4) “Maria é a autora de *Laços de Família*” que é falso porque Clarice Lispector foi quem escreveu de *Laços de Família*.

Embora eu acredite que a análise das descrições que sugeri acima combina as melhores características intuitivas das análises de Frege e de Russell, pode ser argumentado que do ponto de vista formal ela combina as piores características destas análises. Pois envolve trabalhar com termos que não denotam e enunciados que não são nem verdadeiros nem falsos, derivado da análise de Frege, e trabalhar com distinções sujeito-predicado, que são similares às distinções de escopo de Russell. Reconheço estas complicações, mas não as vejo como defeitos. Pois, por um lado, não conheço nenhuma linguagem, ordinária ou científica, onde a ocorrência de termos sem denotação e enunciados sem valor de verdade possa ser excluída. (CHATEAUBRIAND, 2002, p. 224)

⁴⁴ CHATEAUBRIAND, 2002, p. 217.

2.5. Sobre descrições definidas vazias na posição de sujeito que fazem parte de enunciados que não deixam de ter valor de verdade

Vimos até aqui que a proposta de Chateaubriand consiste em dizer que precisamos, antes de analisar a verdade de um enunciado, observar o contexto que este enunciado está sendo usado. Para isso, ele se baseia na distinção de função e argumento apresentada por Frege, na qual se distingue predicados e sujeitos através de parênteses e colchetes. O que só é possível porque ele generaliza a noção de predicção de tal modo que tudo seja sujeito e predicado, melhor dizendo, sujeitos e predicado. Assim, mesmo que na linguagem natural não usemos o sujeito do nosso enunciado em parênteses e predicados em colchetes, os contextos são os responsáveis por esta marcação que coloca uma mesma descrição ora no lugar de predicado ora no lugar de sujeito.

Para Chateaubriand, em sua teoria, quando as descrições definidas ocorrem na posição de predicado elas pretendem atribuir algo univocamente a algo. Por isso, independente do contexto sempre terão valor de verdade, caso denotem algo ou não denotem nada. Sendo esta, para ele, a intuição predicativa de Russell para descrições definidas, por exemplo, se eu digo:

- (i) “Clarice Lispector é a autora de *Laços de Família*”, isto é verdadeiro, porque Clarice Lispector escreveu o livro *Laços de Família*.
- (ii) “Clarice Lispector é a autora da música ‘Cálice’”, isto é falso, porque foram outras duas pessoas que escreveram esta música, a saber, Chico Buarque e Gilberto Gil.
- (iii) “Chico Buarque é o autor da música ‘Cálice’”, isto é falso, porque Chico Buarque e Gilberto Gil escreveram esta música em parceria.

Agora, caso a descrição definida sem referência caia na posição de sujeito em um enunciado, para Chateaubriand, esta sentença não tem valor de verdade. Já que com esta descrição vazia, que não denota nada, não estarei me referindo a um objeto singular de referência determinada. Sendo esta, para ele, a intuição do termo singular de Frege para descrições definidas, por exemplo, se eu digo:

- (iv) “A autora de *Laços de Família* é Clarice Lispector” isto é verdadeiro, já que, a autora do livro *Laços de Família* é Clarice Lispector. Ou seja, esta sentença quer dizer “Clarice Lispector é Clarice Lispector”.

- (v) “A autora da música ‘Cálice’ é Clarice Lispector” isto não é nem verdadeiro nem falso, porque não existe esse único objeto singular de referência determinada Clarice Lispector que é autora da música Cálice.
- (i) “O autor da música ‘Cálice’ é Chico Buarque”, isto não é nem verdadeiro nem falso, porque Chico Buarque e Gilberto Gil são os dois autores desta música.

Se alguém afirma que Russell é o autor de Principia Mathematica, eu posso negar isto com base em que Russell escreveu Principia Mathematica conjuntamente com Whitehead. De modo similar, se alguém afirma que Gödel é o autor de Principia Mathematica, eu posso negar isto com base em que Gödel não foi um autor de Principia Mathematica. Assim, enquanto os enunciados de identidade (26) Russell = o autor de Principia Mathematica e (27) Gödel = o autor de Principia Mathematica não são nem verdadeiros nem falsos de acordo com a análise de Frege, as predicções (28) Russell é o autor de Principia Mathematica e (29) Gödel é o autor de Principia Mathematica são ambas falsas. (CHATEAUBRIAND, 2002, p. 224)

Conquanto, é possível pensarmos em outra situação de uso para as descrições definidas, a qual não encontramos nos textos de Chateaubriand. Esta seria a de ocorrências de descrições definidas sem referência na posição de sujeito sem que elas provoquem a perda do valor de verdade (verdadeiro ou falso) das sentenças às quais elas fazem parte, como veremos a seguir.

Imaginemos a seguinte situação, estamos em uma festa, eu olho para minha frente e vejo uma mulher muito alta que, por algum motivo, acredito ser a autora da música Cálice. Nisto, eu aponto para ela e digo:

“a autora da música ‘Cálice’ é alta”.

Quem está comigo saberá de quem estou falando, independente da descrição estar correta ou não. Ou seja, neste caso, a descrição definida vazia (sem referência) cumpre o papel original das descrições definidas de apontar para o que estou falando. Sendo assim, a verdade da sentença depende apenas da constatação de que aquela pessoa que apontei é realmente alta. Quer dizer, a descrição definida nestes casos é meramente uma ferramenta para realizar certa tarefa de apontar para sobre o que estou falando. Neste caso, não importa em absolutamente nada se esta música foi escrita por fulano ou siclano ou por fulano e sicalno juntos.

Para Chateaubriand, geralmente, quando utilizamos o "é" em sentenças, como "Clarice Lispector é autora de *Laços de Família*", estamos fazendo uma predicação (A é B). Isso significa que estamos afirmando que Clarice Lispector é a autora de *Laços de Família*, e não que Clarice Lispector é idêntica à autora de *Laços de Família*. Nessas predicações, as sentenças às quais as descrições definidas, vazias ou não, fazem parte, sempre terão valor de verdade. No entanto, às vezes usamos o "é" para afirmar identidade, com as descrições definidas ocorrendo na posição sujeito (A = B). Nestes casos, as sentenças às quais as descrições definidas vazias fazem parte não têm valor de verdade, segundo Chateaubriand, pois essas descrições definidas vazias não apontam para nada.⁴⁵

Porém, como demonstrado anteriormente, podemos perceber que existem situações de haver descrições definidas sem referência na posição de sujeito que fazem parte de enunciados que não deixam de ter valor de verdade. Vimos que podemos usar descrições definidas erradas, que mesmo erradas, cumprem seu papel de apontar um determinado objeto singular com êxito. Logo, tais descrições definidas talvez não sejam de fato sem referência; quem sabe, podem ser chamadas de ambíguas. Porque, com elas, as descrições definidas erradas, é possível se referir a alguém, a alguma coisa, de maneira eficiente, mesmo que não descrevam corretamente a coisa apontada. Aprofundaremos este tema no próximo capítulo quando trataremos da teoria de Donnellan.

⁴⁵ CHATEAUBRIAND, 2002, p. 216.

3. A TEORIA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS DE KEITH DONNELLAN

Donnellan, em “Reference and Definite Descriptions” (1966), faz uma síntese das teorias de Frege e Russell, compreendendo que as descrições definidas têm dois usos, a saber, o *uso atributivo* e o *uso referencial*. Segundo Donnellan a teoria de Frege captura o uso referencial e a teoria do Russell descreve corretamente o uso atributivo.

Sendo a grande diferença entre as duas formas de uso das descrições definidas defendidas por Donnellan, a de que “No uso atributivo, a característica de ser o tal-e-tal é de suma importância, enquanto no uso referencial não é.” (DONNELLAN, 1966, p. 285)⁴⁶ Ou seja, no uso referencial a descrição definida é meramente uma ferramenta usada para identificar algo ou alguma coisa.

Chamarei os dois usos de descrições definidas que tenho em mente de uso atributivo e uso referencial. Um falante que utiliza uma descrição definida de forma atributiva em uma afirmação diz algo sobre quem ou o que quer que seja o tal-e-tal. Por outro lado, um falante que utiliza uma descrição definida de forma referencial em uma afirmação usa a descrição para permitir que sua audiência identifique quem ou o que ele está falando e diz algo sobre essa pessoa ou coisa. No primeiro caso, pode-se dizer que a descrição definida ocorre essencialmente, pois o falante deseja afirmar algo sobre quem ou o que quer que se encaixe naquela descrição; mas no uso referencial, a descrição definida é apenas uma ferramenta para cumprir uma determinada função – chamar a atenção para uma pessoa ou coisa – e, em geral, qualquer outro dispositivo para realizar a mesma função, outra descrição ou um nome, serviria igualmente. (DONNELLAN, 1966, p. 285)⁴⁷

O objetivo central deste capítulo, antes da conclusão, é expor a síntese realizada por Donnellan das teorias de Frege e Russell, com a subsequente intenção de

⁴⁶ No original: “In the attributive use, the attribute of being the so-and-so is all important, while it is not in the referential use.”

⁴⁷ No original: “I will call the two uses of definite descriptions I have in mind the attributive use and the referential use. A speaker who uses a definite description attributively in an assertion states something about whoever or whatever is the so-and-so. A speaker who uses a definite description referentially in an assertion, on the other hand, uses the description to enable his audience to pick out whom or what he is talking about and states something about that person or thing. In the first case the definite description might be said to occur essentially, for the speaker wishes to assert something about whatever or whoever fits that description; but in the referential use the definite description is merely one tool for doing a certain job-calling attention to a person or thing-and in general any other device for doing the same job, another description or a name, would do as well.”

compará-la com a teoria de Chateaubriand. Neste contexto, discutiremos a questão de saber se no uso referencial de uma descrição definida um falante pode afirmar algo como verdadeiro ou falso, mesmo que nada satisfaça a descrição. Isso contrasta com as teorias de Frege, e Chateaubriand, que essencialmente sugerem que tais descrições vazias não têm referência. Mas, de certa forma, também contrasta com a teoria de Russell que afirma que se descrições definidas pudessem apontar para algo, elas só conseguiriam fazer isso se a coisa em questão correspondesse exatamente à descrição dada.⁴⁸

O plano desse capítulo é o seguinte, na primeira seção apresentaremos a teoria de Donnellan, que postula as descrições definidas desempenhando duas funções distintas. Isso será abordado no tópico que distingue o uso atributivo e referencial das descrições definidas. Em seguida, examinaremos as diferenças e semelhanças entre as teorias de Russell e Strawson. Donnellan foca em Strawson e não em Frege, mas Strawson defende uma teoria fregueana. Por fim, examinaremos se Donnellan antecipou a síntese realizada por Chateaubriand das teorias de Frege e Russell no contexto das descrições definidas.

3.1. O uso atributivo e o uso referencial das descrições definidas

No âmbito da Filosofia da Linguagem, Keith Donnellan introduziu uma distinção entre dois modos de utilizar descrições definidas: o uso atributivo e o uso referencial. Esta distinção visa aclarar como as descrições definidas podem funcionar de maneira diferente em contextos variados.⁴⁹

No uso atributivo de uma descrição definida, quer dizer, quando a descrição definida é usada como um predicado descritivo, o falante utiliza essa descrição com o propósito de afirmar algo acerca de quem ou o que quer que seja que satisfaça essa descrição. Por exemplo, ao dizer:

"O cabeleireiro de Clarice Lispector é fantástico!",

⁴⁸ DONNELLAN, 1966, p. 302-303.

⁴⁹ DONNELLAN, 1966, p. 285.

o foco está na atribuição de uma qualidade específica a quem supomos ser cabeleireiro de Clarice Lispector. O atributo de ser "fantástico" é enfatizado para destacar a qualidade do profissional que cuida dos cabelos de Clarice. Nesse caso, o objetivo do falante é enfatizar a adequação da descrição "o cabeleireiro de Clarice Lispector" à entidade mencionada, ressaltando a qualidade positiva do serviço prestado.

O uso referencial de uma descrição definida tem um objetivo diferente. Aqui, o falante utiliza essa descrição para permitir que a audiência identifique claramente a pessoa ou coisa sobre a qual está falando.⁵⁰ A ênfase não recai na atribuição de atributos à entidade, mas sim na identificação da entidade em questão. A descrição definida, nesse contexto, é essencialmente uma ferramenta para destacar uma entidade específica no discurso. A descrição de ser "exatamente isto ou aquilo" não desempenha um papel crucial. Qualquer outra ferramenta linguística, como outra descrição ou um nome próprio, poderia cumprir o mesmo propósito de identificação. O foco principal do uso referencial é, portanto, a identificação da entidade referida.

É importante destacar que a distinção feita por Donnellan é pragmática, ao invés, a distinção feita por Russell, entre ocorrência primária e secundária, é puramente sintática. Por exemplo, no caso da negação:

“O atual rei da França não é careca”,

quando o signo lógico da frase é a negação:

“Não é o caso que o rei da França é careca”,

a descrição definida “o atual rei da França” fica no escopo desse signo, ou seja, ocorre depois. Porém, quando eu digo que:

“Existe um x, tal que x é atualmente rei da França e esse x não é careca”,

isso seria uma ocorrência primária da descrição defendida, porque não está no escopo de um outro operador lógico, a negação.

A distinção entre uso atributivo e referencial, segundo Donnellan, é crucial para entendermos como as descrições definidas operam em diferentes contextos. Ela demonstra que o papel das descrições definidas pode variar significativamente

⁵⁰ DONNELLAN, 1966, p. 285.

dependendo das intenções do falante e das necessidades comunicativas do discurso. A compreensão dessa distinção contribui para uma análise mais precisa da linguagem.⁵¹ Deste modo, para entendermos mais claramente esta diferença entre os usos das descrições definidas, na perspectiva de Donnellan, consideremos a sentença:

“O cabeleireiro de Clarice Lispector é fantástico.”

Inicialmente vamos imaginar que encontramos com Clarice Lispector na ocasião de um evento para o lançamento de seu livro *Laços de Família*. Ao caminharmos em sua direção, na mesa de autógrafos, notamos que ela carrega em sua cabeça um impecável penteado, que entrelaça todos os seus fios. A partir da beleza que admitimos haver naquele penteado, que vemos nos cabelos de Clarice Lispector, poderíamos exclamar:

“O cabeleireiro de Clarice Lispector é fantástico!”

. Este é um exemplo do uso atributivo de Donnellan. Não importa quem seja o cabeleireiro, seja quem for, o profissional que fez esse penteado é fantástico.

De outra forma, em um segundo exemplo, suponha que Rogério, que também está presente no evento, tenha sido assumido por nós como cabeleireiro de Clarice e sobre ele conversamos com nossos interlocutores. Imagine que há entre nós uma conversa sobre o comportamento compulsivo de Rogério penteando os cabelos de Clarice a cada instante, para novas fotos dela no evento. Podemos resumir nossa impressão sobre seu comportamento dizendo:

“O cabeleireiro de Clarice Lispector é fantástico.”

Alguém que nos pergunte a quem estamos nos referindo, usando essa descrição, a resposta aqui é “Rogério”. Este é um exemplo do uso referencial de Donnellan.⁵²

Então, vimos que os dois usos propostos por Donnellan para as descrições definidas em uma mesma sentença são bem diferentes. O que pode ser mais bem evidenciado considerando as consequências do pressuposto de que não existiu um cabeleireiro de Clarice Lispector (por exemplo, na verdade a própria Clarice Lispector penteou seu cabelo). Mesmo assim, em ambas as situações, na utilização da descrição

⁵¹DONNELLAN, 1966, p. 281.

⁵² DONNELLAN, 1996, p. 285-286.

definida “o cabeleireiro de Clarice Lispector”, o falante em algum sentido pressupõe que há um cabeleireiro. Porém, na hipótese de que o pressuposto é falso, há diferentes resultados para os dois usos.

Em ambos os casos, usamos o predicado “é fantástico”. Mas, se não há cabeleireiro algum, significa que não há nenhuma pessoa a quem se poderia dizer corretamente que lhe atribuímos o fato de ser fantástico. O que quer dizer que a sentença a qual a descrição definida vazia faz parte referencialmente não tem valor de verdade. Já que tal pessoa só poderia ser identificada corretamente se satisfizesse a descrição definida utilizada. Diferentemente do caso de a descrição ser meramente um meio para identificar a pessoa de quem queremos falar, no caso Rogério, que penteia Clarice no evento, mas não foi quem fez o penteado.

Uma pessoa assim só poderia ser identificada (corretamente) caso alguém se encaixasse na descrição usada. Mas no segundo caso, onde a descrição definitiva é simplesmente um meio de identificar a pessoa sobre a qual queremos falar, é bastante possível que a identificação correta seja feita mesmo que ninguém se encaixe na descrição que usamos. (DONNELLAN, 1966, p. 286)⁵³

Sendo assim, falávamos sobre Rogério, mesmo ele não sendo o cabeleireiro de Clarice, e, na situação que nos propomos a imaginar, era sobre seu comportamento que estávamos comentando. Até mesmo Rogério escutando nossa conversa poderia intervir e dizer que estávamos errados, pois ele é apenas um amigo dedicado. Logo, mesmo que não exista um cabeleireiro de Clarice Lispector, quer dizer, mesmo que a descrição definida ‘o cabeleireiro de Clarice Lispector’ não satisfaça Rogério, todos nós teríamos entendido que era sobre Rogério que falávamos, não haveria dúvidas sobre isso.

A partir de mais um exemplo, agora não se tratando de uma asserção, explicitaremos de outro ponto de vista a diferença do uso atributivo e referencial das descrições definidas para Donnellan. Suponha que alguém esteja em um evento e, vendo uma pessoa elegante segurando um prato com bolo, pergunta:

“Quem é a mulher comendo bolo?”

⁵³ No original: “Such a person could be identified (correctly) only in case someone fitted the description used. But in the second case, where the definite description is simply a means of identifying the person we want to talk about, it is quite possible for the correct identification to be made even though no one fits the description we used.”

Mesmo que depois se perceba que o prato desta pessoa contém canapés, foi feita uma pergunta sobre uma pessoa particular, que é possível ser respondida. Mas, se alguém do evento pede especificamente para que você procure e encontre no evento a pessoa que está comendo bolo, você não pode encontrá-la, porque neste caso o atributo de estar comendo bolo é essencial.

Isso também ilustra outra diferença entre o uso referencial e o uso atributivo de descrições definidas. Em um caso, fizemos uma pergunta sobre uma pessoa ou coisa específica, mesmo que nada se encaixe na descrição que usamos; no outro caso, isso não acontece. Mas também, em um caso, nossa pergunta pode ser respondida; no outro, não pode. No uso referencial de uma descrição definida, podemos ter sucesso em identificar uma pessoa ou coisa para perguntar, mesmo que ele ou ela não se encaixe realmente na descrição; mas no uso atributivo, se nada se encaixa na descrição, não pode ser dada uma resposta direta à pergunta. (DONNELLAN, 1996. p. 287)⁵⁴

Portanto, para Donnellan o valor de verdade da sentença “o cabeleireiro de Clarice Lispector é fantástico” depende do uso da descrição definida:

- (i) No uso referencial se nada é ‘o cabeleireiro de Clarice Lispector’, então nada há para ser predicado como fantástico, e a sentença não têm valor de verdade, como pensa Frege.
- (ii) No uso atributivo se não existe nada que seja ‘o cabeleireiro de Clarice Lispector’ a sentença é falsa, como pensa Russell.

Nomes próprios genuínos, no sentido de Russell, referir-se-iam a algo sem atribuir-lhe quaisquer propriedades. Poder-se-ia dizer que referem-se à própria coisa, não simplesmente à coisa na medida em que se enquadra em uma certa descrição. Agora, isso pareceria para Russell algo que uma descrição definida não poderia fazer, pois ele assumia que se as descrições definidas fossem capazes de referir de alguma forma, referir-se-iam a algo apenas na medida em que essa coisa satisfizesse a descrição. (DONNELLAN, 1996. p. 302-303)⁵⁵

⁵⁴ No original: “This illustrates also another difference between the referential and the attributive use of definite descriptions. In the one case we have asked a question about a particular person or thing even though nothing fits the description we used; in the other this is not so. But also in the one case our question can be answered; in the other it cannot be. In the referential use of a definite description we may succeed in picking out a person or thing to ask a question about even though he or it does not really fit the description; but in the attributive use if nothing fits the description, no straightforward answer to the question can be given.”

⁵⁵ No original: “Genuine proper names, in Russell's sense, would refer to something without ascribing any properties to it. They would, one might say, refer to the thing itself, not simply the thing in so far as it falls under a certain description. Now this would seem to Russell something a definite description could not do, for he assumed that if definite descriptions were capable of referring at all, they would refer to something only in so far as that thing satisfied the description.”

3.2. A crítica de Donnellan a Strawson e Russell

Donnellan argumenta que Russell reconhece apenas o uso atributivo das descrições definidas, mas que ele negligencia o *uso referencial*.⁵⁶ Por outro lado, Donnellan acredita que embora Strawson reconheça o uso referencial das descrições definidas, como Frege, ele não alcança a completa extensão de sua aplicação não referencial.⁵⁷ Já que, para este autor, Strawson não percebeu que uma descrição definida também “pode ser usada não referencialmente, mesmo que ela ocorra em uma mesma sentença.” (DONNELLAN 1966, p.282)⁵⁸ Quer dizer, Donnellan está argumentando que uma única sentença pode abranger ambos os usos das descrições definidas, ou seja, tanto o uso referencial quanto o uso não referencial.⁵⁹

Sendo assim, Donnellan desafia o pressuposto compartilhado por Russell e Strawson de que podemos avaliar como uma descrição definida funciona em uma sentença independentemente do contexto de uso. Ele argumenta que é um erro presumir que a função referencial de uma descrição definida em uma sentença possa ser determinada sem considerar o contexto em que é utilizada.⁶⁰

Outro ponto crucial da análise de Donnellan sobre as teorias de Strawson e Russell é a ideia de que o uso de uma descrição definida asseve ou pressupõe a existência de algo que satisfaça a descrição. “Tanto Russell quanto Strawson assumem que quando a pressuposição ou implicação é falsa, o valor de verdade do que o falante diz é afetado. Para Russell, a afirmação feita é falsa; para Strawson, ela não possui valor de verdade.” (DONNELLAN, 1966, p. 283)⁶¹ Por exemplo, pensemos na sentença:

“A pessoa comendo bolo é brasileira”,

que tanto para Russell quanto para Strawson não é verdadeiro quando não existe uma pessoa comendo bolo. Quer dizer, se a pessoa não está comendo bolo, está comendo

⁵⁶ DONNELLAN, 1966, p. 282.

⁵⁷ "On Referring," reprinted in *Philosophy and Ordinary Language*, ed. by Charles C. Caton (Urbana, 1963), p. 162-163.

⁵⁸ No Original: “may be used non referentially, even as it occurs in one and the same sentence.”

⁵⁹ DONNELLAN, 1966, p. 282.

⁶⁰ DONNELLAN, 1966, p. 282-283.

⁶¹ No original: “Both Russell and Strawson assume that where the presupposition or implication is false, the truth value of what the speaker says is affected. For Russell the statement made is false; for Strawson it has no truth value.”

feijão ou nada, para Russell a sentença é falsa, para Strawson nem é verdadeira nem falsa.

Donnellan nos explica que Russell argumenta que uma descrição definida denota uma entidade específica, ou seja, ela aponta para uma entidade única que satisfaz a descrição. Sendo assim, ele diz que para Russell, quando alguém usa uma descrição definida, a implicação é que existe uma entidade que corresponde a essa descrição. Portanto, se essa entidade existe, a afirmação é verdadeira, mas se não existe, a afirmação é falsa.⁶² Enquanto que Strawson reconhece a função referencial das descrições definidas em sua teoria. Por isso, nela, quando usamos descrições definidas vazias (sem referência), como “o atual rei do Brasil”, sentenças das quais elas façam parte, como “o atual rei do Brasil é cego”, por exemplo, não são verdadeiras e nem falsas. Ou seja, não tem valor de verdade, pois contém como parte uma descrição definida que não se refere a nada.⁶³ Da mesma forma, vimos anteriormente, pensa Frege.

O que Donnellan está argumentando é que as diferentes interpretações do uso de descrições definidas podem levar a efeitos distintos no valor de verdade das afirmações. Neste sentido, ele pretende demonstrar que tanto Russell quanto Strawson podem estar corretos ao abordar o uso não referencial das descrições definidas, mas ambos falham em explicar adequadamente o uso referencial, este que permite à audiência identificar claramente a pessoa ou coisa sobre a qual se está falando.⁶⁴

Uma segunda suposição compartilhada pela abordagem de Russell e Strawson em relação às descrições definidas é a seguinte: Em muitos casos, uma pessoa que utiliza uma descrição definida pode ser considerada (em algum sentido) como pressupondo ou implicando que algo se encaixa na descrição. Se eu afirmo que o rei está em seu trono, pressuponho ou implícito que existe um rei. (De qualquer forma, isso seria algo natural de se dizer para qualquer pessoa que duvidasse que existe um rei.) Tanto Russell quanto Strawson assumem que quando a pressuposição ou implicação é falsa, o valor de verdade do que o falante diz é afetado. Para Russell, a afirmação feita é falsa; para Strawson, não possui valor de verdade. Agora, se existem dois usos de descrições definidas, pode ser que o valor de verdade seja afetado de maneira diferente em cada caso pela falsidade da pressuposição ou implicação. É isso que de fato argumentarei. Acredito que acabará sendo o caso de que uma ou outra das duas visões, a de Russell ou a de Strawson, pode estar correta sobre o uso não referencial de

⁶² DONNELLAN, 1966, p. 281-282.

⁶³ "On Referring," reprinted in *Philosophy and Ordinary Language*, ed. by Charles C. Caton (Urbana, 1963), p. 162-163.

⁶⁴ DONNELLAN, 1966, p. 282-283.

descrições definidas, mas nenhuma delas se encaixa no uso referencial. Isso não é tão surpreendente sobre a visão de Russell, já que ele não reconheceu esse uso em nenhum caso, mas é surpreendente sobre a visão de Strawson, já que o uso referencial é o que ele tenta explicar e defender. Além disso, na explicação de Strawson, o resultado de não haver nada que se encaixe na descrição é uma falha de referência. Isso também, acredito, acaba não sendo verdadeiro sobre o uso referencial de descrições definidas. (DONNELLAN, 1996, p. 283-284)⁶⁵

Sobre as perspectivas de Russell e Strawson: Donnellan argumenta que, dadas essas diferenças, nem a abordagem de Russell nem a de Strawson são adequadas para explicar plenamente o uso referencial das descrições definidas. Russell não reconheceu o uso referencial em nenhum caso, o que não é surpreendente, uma vez que sua teoria se concentra estritamente na denotação. Por outro lado, é surpreendente que Strawson, que busca explicar o uso referencial, ainda considere uma falta de referência como o resultado da não existência da entidade referida. Donnellan sugere que essa visão não se aplica adequadamente ao uso referencial, onde a falta de referência não equivale necessariamente a uma falha. No geral, Donnellan argumenta que a análise das descrições definidas deve levar em consideração a dupla função dessas expressões, desafiando as visões tradicionais de Russell e Strawson, buscando uma compreensão mais abrangente de como elas funcionam na linguagem.

Concluo, portanto, que nem a teoria de Russell nem a de Strawson representam uma explicação correta do uso de descrições definidas: a de Russell porque ignora completamente o uso referencial, a de Strawson porque falha em fazer a distinção entre o referencial e o

⁶⁵ No original: “A second assumption shared by Russell's and Strawson's account of definite descriptions is this. In many cases a person who uses a definite description can be said (in some sense) to presuppose or imply that something fits the description. If I state that the king is on his throne, I presuppose or imply that there is a king. (At any rate, this would be a natural thing to say for anyone who doubted that there is a king.) Both Russell and Strawson assume that where the presupposition or implication is false, the truth value of what the speaker says is affected. For Russell the statement made is false; for Strawson it has no truth value. Now if there are two uses of definite descriptions, it may be that the truth value is affected differently in each case by the falsity of the presupposition or implication. This is what I shall in fact argue. It will turn out, I believe, that one or the other of the two views, Russell's or Strawson's, may be correct about the nonreferential use of definite descriptions, but neither fits the referential use. This is not so surprising about Russell's view, since he did not recognize this use in any case, but it is surprising about Strawson's since the referential use is what he tries to explain and defend. Furthermore, on Strawson's account, the result of there being nothing which fits the description is a failure of reference. This too, I believe, turns out not to be true about the referential use of definite descriptions.”

atributivo, misturando verdades sobre cada um (juntamente com algumas coisas que são falsas). (DONNELLAN, 1966. p. 297)⁶⁶

3.3. A questão de Donnellan ter antecipado a síntese feita por Chateaubriand das teorias de Frege e Russell para descrições definidas

Para Donnellan, quando uma descrição definida é usada referencialmente, existe um pressuposto de que alguém ou alguma coisa satisfaz a descrição, como também é no uso atributivo, mas neste caso o falante pressupõe de algum particular, alguém ou alguma coisa, que satisfaça a descrição definida. Diferentemente do uso referencial, que também existe o pressuposto de que alguém ou outra pessoa é responsável pelo penteado de Clarice, mas o falante não pressupõe alguém em particular.

Então, na teoria de Donnellan como a sentença por si não nos diz nada, precisamos saber, por exemplo, em “o cabeleireiro de Clarice Lispector é fantástico”, se a descrição definida ‘o cabeleireiro de Clarice Lispector’ está sendo usada:

(i) Referencialmente, referindo-se a alguém em particular. Quer dizer, “x é o cabeleireiro de Clarice Lispector”, como no uso das descrições definidas aceito por Frege.

Nisto, se ‘x’ for o cabeleireiro de Clarice a sentença é verdadeira. Porém, tanto para Frege, quanto para Chateaubriand, quando acontece de não haver nada que satisfaça a descrição definida tem-se como consequência que a sentença não estará se referindo a nada, e não terá valor de verdade. Assim como também é para Donnellan, com a diferença que, por vezes, mesmo que a descrição definida esteja errada, vazia, a sentença a qual ela faz parte tem valor de verdade. Situação que responde a lacuna aberta na teoria de Chateaubriand, a saber, a de existirem situações de haver descrições

⁶⁶ No original: “I conclude, then, that neither Russell's nor Strawson's theory represents a correct account of the use of definite descriptions Russell's because it ignores altogether the referential use, Strawson's because it fails to make the distinction between the referential and the attributive and mixes together truths about each (together with some things that are false).”

definidas ditas vazias na posição de sujeito que fazem parte de enunciados que não deixam de ter valor de verdade.

(ii) Atributivamente, referindo-se a qualquer objeto. Ou seja, “existe um x , tal que x é o cabeleireiro de Clarice Lispector”, como o uso das descrições definidas defendido por Russell.

Desta maneira, a sentença sempre terá valor de verdade, e será verdadeira se existir alguém que é o cabeleireiro de Clarice Lispector; caso contrário, é falsa. Assim como é para Russell, Donnellan e Chateaubriand.

Para responder a questão se Donnellan antecipou Chateaubriand precisamos verificar se a distinção de Donnellan entre o uso referencial e o uso atributivo de descrições definidas corresponde à distinção de Chateaubriand entre ocorrência na posição de sujeito e ocorrência na posição do predicado. Então, se na posição de sujeito uma descrição definida é usada referencialmente as síntese entre as teorias das descrições definidas de Frege e Russell feita por Donnellan e posteriormente a síntese de Chateaubriand, são compatíveis, pois:

(i) A teoria das descrições definidas de Frege é para Donnellan a do uso referencial, com descrições definidas na posição de sujeito, como é para Chateaubriand.

(ii) A teoria de Russell é para Donnellan a do uso atributivo, com descrições definidas na posição de predicado, como é para Chateaubriand.

Mas, como vimos anteriormente, existem diferenças, uma delas é que Chateaubriand está pressupondo que sempre quando uma descrição definida ocorre na posição de sujeito temos um uso referencial. Mas na linguagem natural isso não é muito plausível. Vimos isso com os exemplos de uso atributivo na posição de sujeito.

A análise de Chateaubriand, de que sempre quando uma descrição definida ocorre na posição de sujeito temos um uso referencial, é plausível em relação às linguagens formais. Pois, Chateaubriand tem essa construção: “[Gx]($ixFx$)”, que significa: “o x tal que x é F é G ”, onde “[Gx]($ixFx$)” representa o uso referencial de uma descrição. Ou seja, como esta expressão só está sendo usada referencialmente, não temos uma leitura atributiva dela. Por isso, podemos dizer que apenas para a linguagem formal a análise de Chateaubriand parece ser adequada. Porque Chateaubriand traduz “o

cabeleireiro de Clarice Lispector é fantástico” como “Fantástico(ix Cabeleireiro de Clarice Lispectorx)”.

Entretanto, percebemos que existem ocorrências na posição de sujeito onde Russell parece mais adequado. No exemplo “o cabeleireiro de Clarice Lispector, seja quem for, é fantástico” nós não estamos nos referindo a uma pessoa específica, mas estamos dizendo: “existe um e somente um x tal que x penteou Clarice Lispector e este x é fantástico”.

Com isto, podemos pensar que talvez uma síntese das teorias de Donnellan e Chateaubriand formem uma teoria mais completa para as descrições definidas.

CONCLUSÃO

Após análise das teorias propostas por Chateaubriand e Donnellan no contexto das descrições definidas, torna-se evidente que ambas as abordagens realizam uma síntese das teorias de Frege e Russell, embora adotem perspectivas e metodologias distintas, obtendo diferenças em seus resultados.

Chateaubriand, em seu artigo “Descriptions: Frege and Russell Combined” (2002), propõe uma síntese das teorias de Frege e Russell sobre descrições definidas. Para ele existe nas descrições definidas uma distinção fundamental entre termos denotativos e predicados descritivos, mostrando a importância do contexto na interpretação das sentenças que contém descrições definidas, distinguindo-as entre ocorrências na posição de sujeito e ocorrências na posição predicado. Para alcançar esta distinção, este autor, se vale da distinção feita por Frege entre função e argumento, uma distinção sintática. Por exemplo, ao considerar a frase “Clarice Lispector é a autora de *Laços de Família*”, Chateaubriand observa que sua verdade depende da interpretação atributiva ou referencial da descrição definida “a autora de *Laços de Família*”.

Já Donnellan, em “Reference and Definite Descriptions” (1966), faz uma distinção entre dois usos das descrições definidas: atributivo e referencial. Ele enfatiza a importância do contexto e da intenção comunicativa do falante na interpretação dessas descrições. No uso atributivo, a descrição é empregada para atribuir um atributo à entidade mencionada, enquanto no uso referencial, ela é utilizada para identificar claramente a entidade em questão. Por exemplo, ao considerar a frase “O cabeleireiro de Clarice Lispector é fantástico”, Donnellan destaca que o objetivo pode ser atribuir uma qualidade ao cabeleireiro ou simplesmente identificar quem é responsável pelo penteado de Clarice. Essa distinção pragmática revela a complexidade da linguagem e sua relação com a realidade percebida pelo falante, quer dizer, revela possíveis ambiguidades pragmáticas.

A principal diferença entre estas teorias, além da forma como os autores encontram para fazer as suas respectivas sínteses, trata-se da questão das sentenças que contém descrições definidas sem referência. Para Chateaubriand, caso a descrição definida sem referência caia na posição de sujeito em um enunciado, esta sentença, não

terá valor de verdade. Já que com esta descrição definida vazia, que não denota nada, não estarei me referindo a um objeto singular de referência determinada. Enquanto que para Donnellan, no contexto do uso referencial, a descrição definida vazia pode continuar sendo uma ferramenta eficaz para identificar a entidade referida, mesmo que não haja uma correspondência completa, permitindo que a sentença mantenha seu valor de verdade.

Sendo assim, podemos dizer que a distinção feita por Chateaubriand é sintática, enquanto a distinção feita por Donnellan é pragmática. Por exemplo, considerando a frase:

“o cabeleireiro de Clarice Lispector é fantástico”,

Donnellan identifica dois usos diferentes da descrição definida nesta mesma frase:

(i) O uso referencial, no qual estou me referindo a uma pessoa específica, e para o sucesso desse uso, nem sempre interessa se o objeto satisfaz a descrição.

(ii) O uso atributivo, no qual não se está referindo a uma pessoa específica, mas sim afirmando que entre todas as pessoas existe uma e somente uma que é cabeleireiro de Clarice, e essa pessoa é fantástica. Ou seja, neste caso há uma referência genérica e não específica, pois a referência está estabelecida por uma variável. Desta forma: “existe um e somente um x tal que x é cabeleireiro de Clarice Lispector e esse x é fantástico”, e isso corresponde à visão do Russell.

Para Chateaubriand, esta frase só tem uma análise, porque a descrição definida ocorre na posição de sujeito. Por outro lado, segundo Donnellan, devemos aplicar a teoria de Frege ou de Russell, dependendo do uso. Logo, aplicada a linguagem natural, essa é a diferença principal. Quer dizer, Chateaubriand está pressupondo que sempre quando uma descrição definida ocorre na posição de sujeito a descrição definida é usada referencialmente. Porém, em relação à linguagem natural isso não é plausível, porque vimos existir exemplos possíveis com Donnellan, nos quais uma descrição definida ocorre na posição de sujeito e é usada atributivamente.

Dessa forma, apenas se a descrição definida é utilizada referencialmente na posição de sujeito é que podemos afirmar que as sínteses das teorias de Frege e Russell sobre descrições definidas feita por Donnellan e posteriormente por Chateaubriand, são compatíveis.

Pelas razões explicadas, podemos concluir que Donnellan não antecipou Chateaubriand. Trata-se de duas distinções semelhantes, mas diferentes. Da perspectiva de Donnellan, a teoria de Chateaubriand está sujeita aos mesmos problemas das teorias de Russell e Strawson, pois ela ignora que a função de uma descrição definida depende do uso, do contexto. Com relação à análise da linguagem, essa crítica parece plausível. Mas, em relação a linguagens formais, a análise de Chateaubriand parece bem justificada.

BIBLIOGRAFIA

- CATON, Charles C.: Strawson on Referring. *Mind*, LXVIII, 539-544. (Oct., 1959)
- CHATEAUBRIAND, O. Descriptions: Frege and Russell combined. *Synthese*, n. 130, 2002, p. 213-226.
- CHATEAUBRIAND, O. Descrições: combinando Frege com Russell. Manuscrito não publicado. Tradução de CHATEAUBRIAND (2002).
- CHATEAUBRIAND, O. *Logical Forms*. UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2001. (p.t 1. Truth and description).
- DONNELLAN, K. Reference and Definite Descriptions. *Philosophical Review*, vol. 75, No. 3. (Jul, 1966). p. 281-304.
- FREGE, G. Sobre o Sentido e a Referência In: FREGE, G. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. p. 61-63.
- FREGE, G. *Conceitografia: uma linguagem formular do pensamento puro decalcada sobre a da matemática*. Introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado, Alessandro Duarte e Guilherme Wyllie. Rio de Janeiro: Nau, 2019.
- FREGE, G. O pensamento: uma investigação lógica. *Investigações lógicas*. Tradução de Paulo Alcoforado. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- IMAGUIRE, G., e Barroso, C., *Lógica. Os Jogos da Razão*, UFC, Fortaleza, 20
- KRIPKE, S. Naming and Necessity. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts, 1972.
- KRIPKE, S. O nomear e a necessidade. Gradiva. 2012.
- MORTARI, Cezar. *Introdução à lógica*. 1a edição. São Paulo: UNESP, 2001 (2a edição, 2017).
- QUINE, W. V. (1970). *Philosophy of Logic*. Englewood-Cliffs: Prentice-Hall. Second Edition, Cambridge: Harvard University Press, 1980.

QUINE, W. V. (1960). *Word and Object*. Cambridge: The MIT Press.

QUINE, W. V. (1951). *Mathematical Logic*. Cambridge: Harvard University Press. Revised Edition, 1951.

RUSSELL, B. Da denotação. In: *Coleção os Pensadores*, Vol. XLII. p. 9- 20 (1ª ed.1974) São Paulo: Abril Cultural. Tradução: Pablo Ruben Mariconda.

RUSSELL, B. On Denoting. In MARSH, R. (ed). *Logic and Knowledge*. Routledge, London, 1956.

RUSSELL, B. On Denoting. *Mind*, New Series, Vol. 14, No. 56. (Oct., 1905), pp. 479-493.

RUSSELL, B. *Philosophical Essays*. New York: Routledge, 1996.

RUSSELL, B. *The Principles of Mathematics*. London: Cambridge University Press. 1903.

STRAWSON, Peter F.: On Referring. In CATON, C. (ed). *Philosophy of Ordinary Language*. Urbana, 1963, pp. 162-163.

STRAWSON, Peter F.: On Referring. *Mind*, New Series, Vol. 59, No. 235. (Jul., 1950), p. 320-344.

STRAWSON, Peter F. Sobre Referir. In *Coleção os Pensadores*, Vol. LII. p. 267-286 (1ª ed. 1974) São Paulo: Abril Cultural. Tradução: Balthazar Barbosa Filho.

TARSKI, A. *A concepção Semântica da Verdade*. Trad. Celso Braidão, et. all. São Paulo: Unesp, 2006.